

ECONOMIA E SOCIEDADE NO SERTÃO NORDESTINO EM O SERTANEJO, DE JOSÉ DE ALENCAR

ECONOMY AND SOCIETY IN NORTHEAST HINTERLAND IN O
SERTANEJO, BY JOSÉ DE ALENCAR

Márcio Bobik Braga¹

Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, Dpto. de
Economia. Av. dos Bandeirantes nº 3900 - Sala 8 A c - Monte Alegre
14040900 - Ribeirao Preto, SP - Brasil

Julio Manuel Pires²

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pró-Reitoria de Pós-Graduação da PUC/SP, Programa
de Pós-Graduação em Economia Política. Rua Monte Alegre, 984 - Perdizes
05014901 - São Paulo, SP - Brasil

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em mostrar que a obra *O Sertanejo*, de José de Alencar, descreve estruturas econômicas, políticas e sociais do sertão nordestino nos séculos XVIII e XIX colocando-o na condição de fonte primária para estudos sobre a formação da pecuária no Nordeste do Brasil. O referencial teórico utilizado baseia-se na relação entre história e literatura, buscando evidenciar a especificidade e a capacidade explicativa da obra literária para a pesquisa histórica.

Palavras-chaves: história e literatura, pecuária nordestina, sociedade do couro no Brasil.

Abstract: The goal of this paper is to show that *O Sertanejo*, written by José de Alencar, describes accurately the economic, political and social structures of Brazilian northeastern outback in the eighteenth and nineteenth centuries. If it is truth, Alencar's work can be taken as a reliable primary source for studies on the formation of cattle ranching in northeastern Brazil. The theoretical framework is grounded on the relationship between history and literature, seeking to highlight the specificity and the explanatory capacity of the literary work for historical research.

Key-words: history and literature, northeastern cattle raising, leather society in Brazil.

1 - Professor Livre-Docente do Depto. de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto e do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. E-mail: marbobik@usp.br.

2 - Professor do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)/ Professor do Departamento de Economia da FEARP/USP/Graduação em Economia e História pela Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: jmpires@usp.br.

Introdução

O presente artigo tem como objeto de estudo a obra *O Sertanejo*, de José de Alencar, publicada originalmente em 1875. Trata-se do último romance publicado por Alencar em vida e concebido no Rio de Janeiro logo depois de uma viagem que o autor fez ao Estado do Ceará. O objetivo aqui consiste em mostrar que *O Sertanejo* descreve estruturas econômicas, políticas e sociais do sertão nordestino do final do século XVIII (o tempo da narrativa) e XIX (o tempo do autor), colocando-o na condição de fonte primária para estudos sobre a formação da sociedade sertaneja do Nordeste do Brasil. Esta hipótese é defendida a partir da comparação de determinados relatos encontrados ao longo do texto e aquelas consideradas pela historiografia.

Como contraponto à narrativa de Alencar foram considerados um conjunto de textos que servem como referências clássicas e obrigatórias ou mesmo como fontes primárias nos estudos sobre a pecuária nordestina do passado, com destaque para André João Antonil (Pe. João Antônio Andreoni), João Capistrano de Abreu, Caio Prado Jr., Roberto Simonsen, Celso Furtado, e Jacob Gorender, dentre outros.

José de Alencar é considerado por muitos como o fundador de uma literatura genuinamente nacional. Seu papel como escritor e formador de opinião foi o de mostrar, apresentar à sociedade letrada o *outro*, ou seja, aquele que vive no *hinterland* brasileiro: o índio, o gaúcho e o sertanejo¹. Considerado por muitos críticos literários como um autor artificial, por não conhecer seus *tipos*, o autor cearense parece ter buscado em *O Sertanejo* uma caracterização realista da sociedade do sertão nordestino a partir de suas memórias e viagens.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta algumas notas metodológicas necessárias à compreensão da análise aqui presente. Tais notas buscam explicar a possível relação entre literatura e história, dentre outros aspectos metodológicos relacionados com o objeto de estudo. A segunda seção busca caracterizar o ambiente ou espaço econômico que contextualiza a narrativa de *O Sertanejo*. Este espaço é caracterizado pelo predomínio da pecuária e pela produção de alimentos para a subsistência das populações sertanejas. A terceira seção considera a estrutura social e de poder. Esta parte mostra um Alencar menos *romântico* e mais *realista*

1 Araújo (2003) coloca de forma muito clara a questão em pauta, situando-a num quadro mais amplo: "Essa incorporação do espírito nacionalista, presente desde o início do movimento na Europa, fez com que o romantismo brasileiro logo buscasse configurar sua especificidade regional e nacional. Mas aqui os intelectuais românticos enfrentavam um enorme problema: ainda não havia uma nação para ser representada. Assim, o romance nacional dá lugar aos primeiros romances regionalistas românticos. A unidade do Império precisa ser afirmada a partir da diversidade de paisagens e tipos. O romance não poderia ficar alheio a essa tarefa. Entre os escritores mais importantes do movimento romântico, José de Alencar e Bernardo Guimarães são os que mais se 'empenharam' em buscar essa construção simbólica do território". ARAÚJO, Regina. Do Sertão aos Pampas: o território da literatura nacional no século XX. Terra Brasilis (Nova Série). São Paulo, v. 4, no. 5, p. 1-13, 2003, p. 5.

na medida em que busca descrever situações de conflitos pela posse da terra e pelo poder local.

I – Notas metodológicas

O presente artigo busca uma relação entre literatura e história econômica. Para o estabelecimento dessa relação, tornam-se necessárias algumas considerações metodológicas.

Inicialmente, o termo “comparação” utilizado no artigo pode trazer algumas complicações conceituais. Tais complicações são evitadas na medida em que não é objetivo deste artigo discutir o termo no âmbito da Teoria Literária, cujas possibilidades são múltiplas. Entretanto, conforme destacou Carvalhal “[a]ssim compreendida, a literatura comparada é uma forma específica de interrogar os textos literários na sua interação com outros textos, literários ou não, e outras formas de expressão cultural e artística”².

A comparação torna-se ainda mais relevante quando é possível identificar determinados aspectos históricos na obra de ficção. Esse diálogo entre literatura e história foi considerado por Borges:

No universo amplo dos bens culturais, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, os sonhos e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico [...]. Sendo a literatura uma forma de ler, interpretar, dizer e representar o mundo e o tempo, possuindo regras próprias de produção e guardando modos peculiares de aproximação com o real, de criar um mundo possível por meio da narrativa, ela dialoga com a realidade a que se refere de modos múltiplos, como a confirmar o que existe ou propor algo novo, a negar o real ou reafirmá-lo, a ultrapassar o que há ou mantê-lo [...].

Como tal é uma prova, um registro, uma leitura das dimensões da experiência social e da invenção desse social, sendo fonte histórica das práticas sociais, de modo geral, e das práticas e fazeres literários em si mesmos, de forma particular.³

Esta percepção é reforçada por Barbosa, em sua análise da história social do sertão na obra de José de Alencar:

2 CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura Comparada*, 4ª. Edição, São Paulo: Ática, 2006, p. 74 - 75. Neste texto, o leitor poderá encontrar uma síntese sobre as principais vertentes da literatura comparada, desde sua história até as concepções mais modernas.

3 BORGES, Valdeci Rezende. *História e literatura: algumas considerações*. *Revista de Teoria da História*. Ano 1, no. 3, junho, Goiânia, p. 94-109, 2010, p. 98-99.

[...] o autor de ficção carrega em si a historicidade do seu tempo e expressa essa historicidade com os recursos linguísticos que lhe são dados pela sua experiência e pela cultura. Como ser social, o autor da ficção ausculta as problemáticas que estão dadas na sociedade (às vezes, até antecipa aos outros saberes) e no processo de produção da narrativa constrói valores (sociais, estéticos, políticos, morais...), produz explicações e educa as sensibilidades, enfim, participa dos processos de organização da percepção que uma dada sociedade, ou setores dela, têm da sua experiência e que são incorporados à cultura, na medida em que orientam práticas e representações.⁴

A expressão da historicidade presente na citação acima se destaca em *O Sertanejo*, seja pela comparação aqui proposta ou pelo esforço de Alencar em tornar verossímeis as descrições e temas em sua obra.

Logo no início da narrativa, há uma passagem autobiográfica em que o autor faz referência ao caminho que fez, aos nove anos de idade, entre os Estados do Ceará e Bahia, viagem esta que teria durado nove meses. Tais relatos autobiográficos se repetem ao longo do texto. Mas o fato que merece maior destaque foi a viagem que Alencar realizou, no ano de 1873, ao Estado do Ceará, tendo como objetivo buscar impressões da sociedade nordestina e que seriam referências para *O Sertanejo*. Conforme destacou Borges, durante essa viagem, Alencar:

[p]ercorreu a região para recolher peças da literatura oral, cópias de romances e poemas populares, como O boi espácio e Orabicho da Geralda. Ia ao encontro daquilo que considerava as verdadeiras fontes nacionais, conversando com idosos, com descendentes “da nobreza indígena” cearense [...]. Colheu informações, assuntos e tradições que, no ano seguinte, serviram de matéria às quatro cartas a Joaquim Serra, expondo suas ideias sobre as fontes nacionais da literatura brasileira.⁵

Durante a viagem, Alencar produziu as cartas acima citadas e que depois seriam reunidas na obra *O Nosso Cancioneiro*. Nelas, Alencar já preanunciava *O Sertanejo*⁶. Segundo Martins, inúmeros aspectos temáticos e formais apresentados nas cartas seriam retomadas e desenvolvidas em *O Sertanejo*⁷. Estas observações são importantes uma vez que, para muitos críticos literários de sua época, Alencar seria um autor que idealizou uma realidade inexistente no Brasil, além de ter sido artificial na

4 BARBOSA, Ivone Cordeiro. História Social do Sertão na Obra de José de Alencar. Revista de Letras, no. 29(2), vol. 1, jan./jul., p. 47-53, 2009

5 BORGES, Valdeci Rezende. José de Alencar e as Américas: nos circuitos das ideias refletindo sobre a literatura na América. Locus: revista de história. Juiz de Fora, v. 17, no. 1 p. 85-114, 2011, p. 105.

6 Ver ALENCAR, José de. O nosso cancionário: cartas ao Sr. Joaquim Serra. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1962, p.20.

7 MARTINS, Eduardo Vieira. A Fonte Subterrânea: José de Alencar e a Retórica Oitocentista. Londrina/São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Londrina/Editora da Universidade de São Paulo, 2005. Ver também RODRIGUES, Antônio Edmilson M. José de Alencar: o poeta armado do século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

construção de seus personagens⁸. Este artigo se propõe então registrar as impressões e experiências do autor sobre sua época e os referenciais empíricos presentes em *O Sertanejo*, comparando-as com textos clássicos da história econômica do Brasil. Conforme destacado na introdução, a comparação é realizada a partir um número restrito de autores, cujas obras são consideradas ou como fontes primárias ou como referências obrigatórias nos estudos contemporâneos sobre a pecuária nordestina, no âmbito da história econômica e social. A análise é complementada com algumas referências contemporâneas sobre José de Alencar. Deve-se destacar, entretanto, que a bibliografia sobre Alencar é vasta e sua apresentação completa é inviabilizada neste trabalho pela restrição de espaço.

Considerou-se neste artigo o texto da primeira edição das Obras Completas de Alencar, publicada originalmente em 1955 e que reproduz o texto original da 1ª edição de 1875, com as citações originais, sem as devidas correções decorrentes das várias reformas da língua portuguesa.

II – O Espaço Econômico

Dividida em dois volumes, a obra *O Sertanejo* trata da história do sertanejo Arnaldo e suas relações com os membros da Fazenda Oiticica, cujo proprietário é o Capitão-mor Gonçalo Pires Campelo. Como já destacado, o objetivo aqui é considerar o contexto econômico como parte da memória de José de Alencar sobre o sertão nordestino.

A narrativa de *O Sertanejo* se passa no final do século XVIII, por volta de 1774 e tem como cenário a Fazenda Oiticica, situada no sertão de Quixeramobim, interior do Ceará, às margens do rio também de nome Quixeramobim, afluente do rio Banabuiu que banha parte do Estado do Ceará. Trata-se de uma fazenda cuja atividade principal é a pecuária. Deve-se destacar inicialmente que o sertão nordestino de Alencar não se confunde com o espaço destinado à atividade açucareira, que se encontra próxima ao litoral. A Fazenda Oiticica situa-se a pelo menos 500 quilômetros da cidade do Recife. Alguns fatores podem explicar este espaço geográfico como sendo aquele onde a pecuária e, de forma mais geral, a produção de alimentos para a subsistência desenvolveram-se como atividades principais, ainda que periféricas, ou seja, como

8 A despeito da sua importância para a literatura brasileira, Alencar foi considerado por muitos como um autor artificial, que não conhecia os seus personagens. Dentre os críticos, estão autores de sua época como Joaquim Nabuco, Araripe Júnior e Franklin Távora. Ao prefaciar a obra *O Sertanejo*, na edição aqui utilizada, o escritor brasileiro Josué Montello a considerou como despojada de interesse. Conforme destacou este autor: “Enquanto Balzac, e depois da experiência do romance de sentido scottiano, se faz o historiador genial da sociedade do seu tempo, Alencar se distancia da verdade, arrebatado pela fantasia transfigurada de sua imaginação acentuadamente romântica. (...) A realidade não constitui o seu fascínio: a criação literária não se manifesta no romancista brasileiro como uma transposição estética do mundo circundante.” Montello, Josué. Uma influência de Balzac: José de Alencar. In ALENCAR, José de. *O Sertanejo*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1955, p. 11. Já Antônio Cândido refere-se ao autor como aquele que apresenta “um álibi de raças heroicas em uma nação ainda em formação.” Cândido, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Martins, 1969, p. 224. Uma análise crítica desta polêmica pode ser encontrada nas obras de Martins, Op. cit., e RODRIGUES, Antônio Edmilson M. *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

uma *projeção* da economia açucareira nordestina. Essa condição foi considerada por vários historiadores, a exemplo de Celso Furtado:

[...] não obstante a quase inexistência de fluxo monetário dentro da economia açucareira, o seu grau de comercialização era muito elevado. A alta rentabilidade do negócio induzia a especialização, sendo perfeitamente explicável – do ponto de vista econômico – que os empresários açucareiros não quisessem desviar seus fatores de produção para atividades secundárias, pelo menos quando eram favoráveis as perspectivas do mercado do açúcar. A própria produção de alimentos para os escravos, nas terras do engenho, tornava-se antieconômica nessas épocas. A extrema especialização da economia açucareira constitui, na verdade, uma contraprova de sua elevada rentabilidade.⁹

Além do alto custo de oportunidade na utilização dos fatores de produção, havia ainda outro problema:

Os conflitos provocados pela penetração de animais nas plantações devem ter sido grandes, pois o próprio governo português proibiu finalmente a criação de gado na faixa litorânea. E foi a separação das duas atividades econômicas – a açucareira e a criatória – que deu lugar ao surgimento de uma economia dependente na própria região nordestina.¹⁰

Também Roberto Simonsen já havia mencionado essa incompatibilidade entre a atividade pecuária e a lavoura canavieira, notadamente em vista dos prejuízos diretos que o gado podia trazer para as plantações.

Já nas terras brasileiras ia-se verificando, porém, o conflito existente no Velho Continente, entre os criadores e os lavradores, em defesa das plantações. Não havia o arame, o grande elemento pacificador e protetor da cultura dos campos. Daí uma das razões da retirada dos currais de criação para o sertão brasileiro, longe dos engenhos, dos canaviais e dos mandiocais e em terras mais pobres que não poderiam ser aproveitadas para as culturas exigidas pelo número crescente dos engenhos no litoral.¹¹

Por outro lado, Costa Porto descreve com bastante acuidade os principais fatores que permitiram que a atividade pecuária alcançasse grande amplitude no território nacional desde os primórdios da colonização:

[...] o gado *vacum* dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si mesmo transportava das maiores distâncias e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas,

9 Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Itatiaia/Publifolha, 2000, p. 60.

10 Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Op. cit., p. 60.

11 Simonsen, Roberto C. *História Econômica do Brasil*. 3ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, p. 151.

sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e capital circulante, a um tempo multiplicando-se sem interstícios; fornecia alimentação bastante, superior aos mariscos, peixes e outros bichos da terra e água, usados na marinha.¹²

Ou seja, diante da alta rentabilidade da produção açucareira e das características da pecuária extensiva, não havia espaço, na região litorânea, para outra produção além da cana-de-açúcar e seus derivados. Nesse sentido, a pecuária acabou sendo conduzida para o interior nordestino, uma vasta região com grande fartura de terras a serem ocupadas, apesar das adversidades climáticas e da qualidade do solo na região.¹³ Este *processo civilizatório*¹⁴ é considerado por Alencar já no primeiro capítulo:

De dia em dia aquelas remotas regiões vão perdendo a primitiva rudeza, que tamanho encanto lhes infundia. A civilização que penetra pelo interior corta os campos de estradas, e semeia pelo vastíssimo deserto as casas e mais tarde as povoações.¹⁵

Inicialmente, este espaço seria um mero coadjuvante da atividade principal da colônia. Após a perda de importância da produção açucareira para a mineração e posteriormente para a cultura do café, a região se voltou para a subsistência das populações locais, ainda que algum comércio continuasse a existir entre o sertão e as cidades nordestinas, particularmente a de Salvador e a do Recife. Este recorte é importante, uma vez que a narrativa acontece já no período de decadência da economia canavieira.

No livro, Alencar dá grande destaque às atividades de subsistência. Este ponto pode ser esclarecido a partir da descrição, feita pelo autor, do cotidiano da fazenda. Nela, o que se entende por pecuária nordestina é um conjunto social composto de várias atividades e tarefas que envolvem vários atores sociais e nas quais a subsistência parece predominar:

Os lenhadores voltavam do mato carregados de feixes, enquanto os companheiros conduziam à bolandeira cêstos de mandioca, ainda da plantação do ano anterior, para desmancharem em farinha durante o verão. As mulheres livres e escravas, umas pilavam milho para fazer o xerém; outras andavam nos poleiros guardando a criação para livrá-la

12 Porto, Costa. O pastoreio na formação do Nordeste. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Serviço de Documentação, 1959, p.40.

13 Faz sentido então considerar que a expansão ocorre principalmente à margem dos rios do interior. No caso do nosso romance, o rio Quixeramobim. Faz sentido também considerar que os deslocamentos das boiadas e demais produtos do interior seguissem as margens do rio em direção aos centros consumidores do litoral.

14 A expressão processo civilizatório é a mesma utilizado por BARBOSA, Op. cit., p. 51. Segundo o autor, tal processo seria caracterizado pelo povoamento da região, pela implantação de uma organização social e pelo estabelecimento de atividades econômicas inseridas no sistema produtivo dominante.

15 Alencar, José de. O Sertanejo. Op. cit., p. 27.

das raposas; e os moleques as ajudavam na tarefa, batendo o matapasto, ou dando cêrco às frangas desgarradas.

As cozinheiras, encaminhando-se para a fonte a fim de lavar alí na água corente a louça de mesa e fogão, assim como as caçarolas, cruzavam-se em caminho com as lavadeiras que já recolhiam-se com as trouxas de roupa na cabeça. Nos currais tirava-se o leite, acomodavam-se os bezerros, e cuidava-se de outros serviços próprios das vaquejadas, que já tinham começado com a entrada do inverno, porém, só mais tarde deviam fazer-se com a costumada atividade.

Era a êste, de todos o mais nobre dos labores rurais, que o capitão-mór costumava assistir regularmente, para o que todas as tardes à hora da sombra transportava-se êle do seu posto no patamal da casa, e vinha com a família sentar-se defronte do curral na mesma poltrona, que o pagem levava após si.

D. Genoveva entendia mais particularmente com o leite, o qual alí mesmo distribuía; uma parte entregava-se às doceiras incumbidas dos bolos e massas; outra repartia pelas crias, e o resto era levado à queijaria. Isto quando não tinha chegado ainda a força do inverno, porque nesse tempo havia tal abundância, que enchiam-se tôdas as vasilhas e até os coches onde os cães do vaqueiro iam beber. O narrador desta singela história teve em sua infância ocasião de ver na fazenda da Quixaba, próxima à serra do Araripe, êsse aluvião de leite, na máxima parte desaproveitada pelo atraso da indústria, e que podia constituir em importância comércio para a província. Enquanto a mulher ocupava-se com êsses misteres caseiros, o capitão-mor percorria os currais, tomando contas aos vaqueiros, mandando apartar os novilhos que era costume reservar para bois de serviço; indicando a rês que se devia matar para o gasto da casa; e assistindo a esfolar e esquartejar, no que se comprazia com perícia os carnicheiros. No tempo da ferra, tratava de apurar os garrotes apanhados na safra do ano anterior, escolhendo os da propriedade para deixar o dízimo do vaqueiro, segundo as condições do trato, que ainda são atualmente as mesmas em voga no sertão da província.¹⁶

Esta longa, porém, importante citação permite algumas considerações sobre a produção local. A pecuária se impõe sobre o sertão nordestino como fator de atração econômica e social. Sob o ponto de vista econômico, tem-se uma série de atividades de subsistência que incluem a produção de carne, a extração de madeira para servir de fonte de energia para fazenda ou para a construção de móveis e habitações, a criação de aves, a produção de mandioca, milho e derivados (culturas de origem indígena), além da

¹⁶ Alencar, José de. *O Sertanejo*. Op. cit., p. 183 - 184.

produção de doces, queijos e leite¹⁷. A economia de subsistência foi, de fato, importante para a dinâmica econômica e social do sertão nordestino. Com a já destacada perda de importância da economia canavieira, as atividades de subsistência parecem ter contribuído para a permanência das populações no vasto *hinterland*, populações estas que seriam responsáveis pela criação de um modo de vida peculiar, no qual o vaqueiro ou sertanejo nordestino ocupou e ainda ocupa papel de destaque na cultura da região.

Dentre as atividades mencionadas por Alencar, destaca-se uma que não consta na citação, mas aparece sistematicamente durante o texto: a produção de couros e seus derivados. Seguindo a narrativa de Alencar, podemos encontrar várias citações¹⁸: traje completo de couro (II, 1), catana larga e curta como bainha do mesmo couro da roupa (II, 1), gibão de couro (II, 1), canapé de couro adamascado como ornamento de couro da sala principal (II, 1), chapéu de couro (II, 1), cama feita de couro de boi em cabelo, servindo-lhe de cabeceira armação dos chifres do mesmo animal preso à caveira (V, 1), canastrinha de couro de boi em cabelo como se hoje ainda se usa no sertão e chamam-se bruacas (V, 1), laço de couro cru (VIII, 1), mala de couro (X, 1), estradinho coberto de couros (X,1), cadeira de alto espaldar forrada de couro (XIX, 1), esteiras para deitar (XX, 1), vestido à sertaneja, todo de couro (I, 2), sandálias de couro (III, 1), alforje de couro (VIII, 2), odres de couro (VIII, 2), grade de couro para uma emboscada (VIII, 2), correias de couro (VIII, 22), banguê ou balsa de couro (X, 2) etc. Essa descrição pouco difere daquelas consideradas por Capistrano de Abreu:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar o cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se o tabaco para o nariz.¹⁹

De fato, o couro, junto com as atividades de subsistência e demais atividades provenientes da pecuária caracterizaram o sertão nordestino durante os séculos XVIII e XIX. Surge destas atividades o que Capistrano de Abreu denominou de *Sociedade do*

17 Pode-se encontrar também, na citação, mais uma passagem autobiográfica, quando o autor considera a falta de estrutura para a comercialização do leite produzido na região.

18 Aqui, optou-se por identificar, entre parênteses, o capítulo e o volume em que se encontra a expressão, respectivamente. Isso poderá facilitar a pesquisa em outras edições, inclusive a que se encontra em domínio público, que permite a utilização de busca eletrônica por expressões, aqui no caso a palavra "couro", produto mais citado do que qualquer outro ao longo da narrativa.

19 Capistrano de Abreu, João. Capítulos de História Colonial. São Paulo: Editora Itatiaia/Publifolha, 2000, p. 153. Deve-se destacar que Capistrano de Abreu teve não apenas contato com José de Alencar como também participou junto com ele da expedição de 1873. Sobre esta participação, ver GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 15-36, 2010.

Couro. Tal matéria-prima, conforme será discutido adiante, teve grande importância no comércio da colônia com a metrópole.

Apesar da ênfase nas atividades de subsistência, Alencar não deixa de considerar, ainda que de forma indireta e imprecisa, o comércio entre a fazenda e a cidade do Recife. O primeiro capítulo do livro, denominado de *O Comboio*, trata da chegada do Capitão-mor Campelo da capital pernambucana. Esse comboio era composto por “[u]ma longa fila de cargueiros tocados por peões”²⁰, além de homens armados destinados à proteção da carga e dos seus donos. A viagem era feita a cada três anos. Esse intervalo pode ser explicado por três fatores: i) a decadência relativa da cultura açucareira na economia e no comércio da colônia com a metrópole, conforme destacado anteriormente; ii) a distância, que tornava longa e custosa a viagem entre a fazenda e o litoral; e iii) a necessidade de ocupação do espaço com o maior número possível de pessoas para a proteção da fazenda, constantemente ameaçada pelas disputas de terra na região, conforme será discutido na próxima seção.

Outra citação indica o número de pessoas envolvidas na viagem. A estimativa, considerada pelo arqui-inimigo do Capitão-mor, Marcos Fragoso, em um momento de ponderação acerca de um possível ataque à fazenda de Oiticica, era de “uma escolta de 100 homens, além dos agregados e escravos da fazenda.”²¹ Isso sugere o poderio militar do Capitão-mor Campelo. Mas não apenas. O número de pessoas no comboio sugere o valor relativamente elevado daquilo que era comercializado com a cidade do Recife. Em um diálogo estabelecido com Arnaldo sobre a ausência deste como protetor da fazenda por ocasião da viagem, o Capitão-mor Campelo faz referência à ausência de “cêrca de quatro meses de nossa fazenda da Oiticica pela necessidade de prover a certos negócios na cidade do Recife”²². Ou seja, havia negócios a serem realizados na capital pernambucana. Mas o que pode explicar a importância desta cidade em relação a outras? Uma citação de André Antonil sugere a importância da capital pernambucana, junto com Salvador, como centro comercial de comércio de carne e couro:

Os currais desta parte hão de passar de oitocentos, e de todos estes vão boiadas para o Recife e Olinda e suas vilas e para o fornecimento das fábricas dos engenhos, desde o rio de São Francisco até o rio Grande, tirando os que acima estão nomeados, desde o Piauí até a barra de Iguaçu, e de Paranaguá e rio Preto, porque as boiadas destes rios vão quase todas para a Bahia, por lhes ficar melhor caminho pelas Jacobinas, por onde passam e descansam. Assim como aí também param e descansam as que à vezes vêm de mais longe. Mas, quando nos caminhos se acham pastos, porque não faltaram as chuvas, em menos de três meses chegam as boiadas à Bahia, que vêm dos currais mais distantes. Porém, se por causa

20 Alencar, José de. *O Sertanejo*. Op. cit., p.28.

21 Alencar, José de. *O Sertanejo*. Op. cit., p. 330

22 Alencar, José de. *O Sertanejo*. Op. cit., p. 127.

da seca forem obrigados a parar com o gado nas Jacobinas, aí o vendem os que o levam e aí descansa seis, sete e oito meses, até poder ir à cidade.²³

De fato, nos três séculos de colonização portuguesa, foram-se consolidando no Nordeste do Brasil duas importantes cidades: a de Salvador e a do Recife. Em sua população inclusa poder-se-ia destacar alguns grupos como a burocracia encarregada da manutenção da ordem e da arrecadação de impostos, dos prestadores de serviços nos portos, comerciantes locais e estrangeiros, artesãos e uma ou outra atividade ligada à vida urbana. No caso das duas cidades, o crescimento seria mais intenso a partir da segunda metade do século XVIII²⁴. Deveria haver então importantes focos de demanda nessas cidades, que centralizavam os matadouros, conforme destacou Antonil.

Infelizmente para a análise aqui proposta, Alencar não considera o destino nem os produtos comercializados pela Fazenda Oiticica. Mas o relato não é contraditório com a importância de três produtos no comércio entre o sertão e a cidade: animais, carne e couro. Em relação à demanda, destaca-se o boi de tração para os engenhos de cana, carne para alimentação dos escravos e outros ligados ao setor dinâmico da colônia, incluindo parte da população das cidades. Conforme destaca Roberto Simonsen:

É que a indústria do açúcar era importante consumidora de gado. Os trapiches e engenhos, movidos por bois, faziam grande desgaste; as carreiras para lenha e para o açúcar exigiam número considerável de cabeças, em porção, talvez, igual ao da escravatura ocupada. A alimentação de carne era necessária para os que se dedicavam aos intensos trabalhos dos engenhos.²⁵

Em relação ao couro, deve-se destacar que a sua demanda não se limitava ao mercado doméstico. Segundo dados de André Antonil, no início do século XVIII, o couro representava mais de 50% do valor total do boi²⁶. Além disso, segundo este autor, as exportações de couro figuravam como o quarto produto mais importante de exportação da colônia no início do século XVIII. Essa posição é revista por Roberto Simonsen para o ano de 1777. Considerando os dados fornecidos por este autor, naquele ano, as exportações de couro ocupavam a segunda posição no ranking das exportações brasileiras, contribuindo com 19,94% das exportações totais, perdendo apenas para o açúcar branco (24,49% do total) e superando o tabaco (19,91%)²⁷.

Mas o contexto construído por Alencar não se limita à estrutura econômica. Ao longo de sua narrativa, podem ser encontrados aspectos importantes da estrutura

23 Antonil, João André. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997, p. 200.

24 Sobre esta importância, Prado Júnior, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

25 Simonsen, Roberto C. *História Econômica do Brasil* Op. cit., p. 151.

26 Antonil, João André. *Cultura e Opulência do Brasil*. Op. cit., P. 202 - 203.

27 Simonsen, Roberto C. *História Econômica do Brasil* Op. cit., p. 383.

social e de poder. A exposição realizada na seção seguinte pretende evidenciar a sensibilidade e pertinência da análise do autor sobre a sociedade e política da região nordestina envolvida com a atividade pecuária.

III – Sociedade e Poder

Antes da análise de determinados aspectos da sociedade descrita por Alencar, faz sentido perceber como este autor considerou o espaço físico que contextualiza a narrativa. Conforme já destacado, Alencar enxergava o sertão como uma região desconhecida pela população das cidades:

O homem da cidade não compreende êsse hábito silvestre. Para êle a mata é uma continuação de árvores, mais ou menos espessa, assim como as árvores não passam de uma multidão de fôlhas verdes. Lá se destaca apenas um tronco secular, ou outro objeto menos comum, como um rio e um penhasco, que excita-lhe a atenção e quebra a monotonia da cena.²⁸

Tendo esta premissa como válida, Alencar descreve o vazio presente em uma região inóspita:

Quem pela primeira vez percorre o sertão nessa quadra, depois de longa sêca, sente confranger-se-lhe a alma até os últimos refolhos em fase dessa inanição da vida, dêsse imenso holocausto da terra. É mais fúnebre do que um cemitério. Na cidade dos mortos as lousas estão cercadas por uma vegetação de viça e floresce; mas aqui a vida abandona a terra, e tôda essa região que se estende por centenas de léguas não é mais do que o vasto jazigo de uma natureza extinta e o sepulcro da própria criação.²⁹

Percebe-se que, além do vazio territorial, Alencar não ficou alheio, em sua narrativa, ao fenômeno da seca nordestina. Considerou particularmente a de 1793 (na verdade, a do período de 1790 a 1793) conhecida como “Grande Seca”.

A distância e o vazio populacional teria importantes implicações para a sociedade sertaneja. As leis, vigentes nas cidades, não chegavam ao sertão, criando a necessidade de outra em um ambiente hostil: a lei do grande proprietário de terra. Alencar destaca, em várias partes do livro, esse poder paralelo, como na conversa entre o sertanejo Arnaldo e sua mãe Dona Justa sobre sua resistência em obedecer às ordens do Capitão Campelo:

Arnaldo atalhou a mãe com um gesto de enérgica repulsa: - Não cometi crime para carecer de perdão, mãe. Justa denunciou no semblante a estranheza que lhe causavam as palavras do filho: - Pois não desobedeceste ao sr. capitão-mór, Arnaldo? - Para desobedecer-lhe era preciso que êle

²⁸ Alencar, José de. *O Sertanejo*. Op. cit., p. 94.

²⁹ Alencar, José de. *O Sertanejo*. Op. cit., p.31.

tivesse o poder de ordenar-me que fosse um vil; mas êsse poder, êle não o possui, nem alguém neste mundo (...). - Mas, filho, o sr. capitão-mór não é dono da Oiticica? Não é êle quem manda em todo êste sertão? Abaixo de El-rei que está lá na sua côrte, todos devemos servi-lo e obedecer-lhe.³⁰

Ou seja, o poder do Capitão-mor era absoluto e substituía as leis impostas pela metrópole. Esse poder, muitas vezes exercido com violência, é reforçado em outra passagem do texto:

O Campelo não era cruel, como outros muitos potentados do sertão; mas o seu rigor em manter o respeito à sua autoridade, tornara-se proverbial. Nesse ponto mostrava-se inflexível. Referiam-se como exemplos, casos de indivíduos a quem êle mandara buscar aos confins do Piauí e às matas da Bahia, onde se haviam refugiado, para castigá-los do desacato cometido contra sua pessoa, passando pela frente da Oiticica sem tirar o chapéu, ou pronunciando o seu nome sem a devida reverência de tratamento e títulos. Eram faltas estas que êle não perdoava, nem esquecia.³¹

Em suma, o Capitão-mor era a única autoridade em sua área de influência - sua fazenda e arredores. Cabia a ele manter a ordem, proteger a fazenda, ditar as leis e punir aquelas atitudes que não lhe eram convenientes. Tal poder não entrava em conflito com os senhores de engenho ou com as autoridades da cidade. Conforme apontado por Scheidt,

É significativo que Pires Campelo tenha o título de ‘capitão-mor de ordenanças’, que é outorgado pela coroa e combina autoridade militar, administrativa e latifundiária, sugerindo uma herança do regime de capitánias hereditárias e renunciando o sistema de coronelismo.³²

Além disso, conforme já destacado, as distâncias justificavam o poder que não poderia ser monitorado por qualquer instituição jurídica ou com poder de polícia presente nos centros urbanos. Não havia comunicações ou estas eram precárias; não havia juízes, delegados ou quaisquer outros defensores da lei da cidade. Isso estimulou a concentração de poder e o uso da violência em disputas de terra por meio de pequenos exércitos de vaqueiros, índios ou mesmos escravos leais aos proprietários de terra do sertão³³. Neste contexto, os conflitos pela posse da terra ou mesmo pelo gado eram constantes naquela época e foi considerado por Alencar³⁴:

30 Alencar, José de. *O Sertanejo*. Op. cit., p. 163.

31 Alencar, José de. *O Sertanejo*. Op. cit., p. 202.

32 SCHEIDT, Déborah. Nacionalismo e ambivalência em *O Sertanejo*, de José de Alencar. Ponta Grossa: Uniletras, v. 32, no. 2, p. 325-338, jul./dez. 2010, p. 335.

33 A estrutura de poder do Brasil Colônia foi exaustivamente explorada por Schwartz, Stuart. B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, que serviu como principal referência para as colocações deste parágrafo. Entretanto, não é necessário buscar na literatura contemporânea tal evidência, pois parece haver certo consenso acerca de como se encontrava estruturado o poder político, pelo menos em seus aspectos gerais.

34 A análise do banditismo em Alencar pode ser encontrada em Martins, Eduardo Vieira. José de Alencar e a Violência do Sertão. Itapetinga: Revista Floema, ano VII, no. 9, p. 61-71, 2011.

O gado de várias espécies, que os primeiros povoadores tinham introduzido na capitania do Ceará, se propagara de um modo prodigioso por todo o sertão, coberto de ricas pastagens. Sucedera o mesmo que nos pampas do sul; as raças se tornaram silvestres, e manadas de gado amontoado, que ainda hoje na província chama-se “barbatão”, vagavam pelos campos e enchiam as matas.

Chegada a notícia desta riqueza às capitanias vizinhas, muito de seus habitantes, já abastados, vieram estabelecer-se nos sertões do Ceará; e ali fundaram grandes herdades, obtendo as terras por sesmaria. Nessa ocupação do solo, a cobiça de envôlta com o orgulho gerou as lutas acérrimas e encarniçadas que durante o século dezoito assolaram a nascente colônia. Entre tôdas, avulta a guerra de extermínio das duas poderosas famílias dos Montes e Feitosas, que se acabou pelo aniquilamento da primeira. Desta bárbara contenda ficou sinistra memória não só na crônica da província, como no escólio de sua topografia.³⁵

Longe de pintar um quadro artificial, Alencar considerou o sertão como um espaço de disputas violentas entre poderosas famílias pela posse da terra. Nessas disputas, surgia o banditismo sertanejo³⁶ como algo comum, como se pode perceber na descrição do comboio conduzido pelo Capitão-mor:

Adiante do comboio, e já muito distante, aparecia a calvagada dos viajantes.

Compunha-se ela de muitas pessoas. Dessas, vinte pertenciam à classe ainda não extinta de valentões, que os fazendeiros desde aquêlo tempo costumavam angariar para lhes formarem o séquito e guardarem sua pessoa; quando não serviam, como tantas vezes aconteceu, de cegos instrumentos a vinganças e ódios sanguinários.³⁷

Esses “valentões” seriam mais tarde denominados de “jagunços”, termo em grande parte popularizado por Euclides da Cunha em *Os Sertões*.

Voltando à estrutura social, Alencar descreve as relações de trabalho com algum grau de detalhamento que se pode encontrar em outros autores que estudaram a pecuária do sertão nordestino. Em primeiro lugar, havia escravos na fazenda, referência esta que ajuda a questionar a inexistência desta categoria de trabalho no *hinterland* nordestino. Entretanto, provavelmente pelo preço desta mão de obra, necessária à atividade dinâmica da colônia, a narrativa considera que a fazenda era composta principalmente por trabalhadores livres.

35 Alencar, José de. *O Sertanejo*. Op. cit., p. 53 - 54.

36 O Conflito entre as famílias Montes e Feitosas foi real. Uma descrição detalhada sobre este conflito pode ser encontrada em Pinto, Luiz de Aguiar Costa. *Lutas de famílias no Brasil*. 2ª. Edição. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília]: INL, 1980, p. 95 - 114.

37 Alencar, José de. *O Sertanejo*. Op. cit., p. 28.

A existência ou não de trabalho escravo na atividade pecuária é tema controverso na historiografia brasileira e nos permite vislumbrar a importância da literatura, especificamente, da percepção de Alencar sobre uma questão tão relevante. Segundo Caio Prado Júnior, não havia falta de mão de obra na pecuária, não havendo, portanto, escravos no sertão³⁸. Além disso, a alta rentabilidade da cana praticamente inviabilizava a utilização de escravos em outras atividades produtivas, conforme anotado por Celso Furtado.³⁹ Podemos encontrar esse mesmo ponto de vista em outros autores influentes da historiografia brasileira, como Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães. Sodré argumentou em favor da inexistência de trabalho escravo na pecuária tendo em vista sua incompatibilidade com o caráter feudal das relações existentes no pastoreio⁴⁰. Já Guimarães aponta que:

A natureza do trabalho nos currais, a ausência do proprietário, a impossibilidade mesma de uma vigilância contínua e direta, o número reduzido de braços necessários, enfim o sistema de produção da pecuária não exigiria o trabalho escravo, adaptando-se melhor as formas de servidão – cronologicamente mais adiantadas – e ao próprio salário.⁴¹

Havia, assim, uma contradição evidente entre as observações feitas por Alencar e parte da bibliografia histórica disponível até algumas décadas atrás. Exceção deve ser considerada a partir da análise realizada por Jacob Gorender. Este autor trata de desmistificar tal proposição, apresentando os resultados de diversos estudos que comprovam a frequente presença de trabalho escravo na pecuária, concluindo que:

Com suficientes elementos fatuais, podemos concluir que, de Norte a Sul, coexistiram na pecuária o trabalho escravo e o trabalho livre. O primeiro teve significação acentuada, e mesmo básica em certas regiões, durante longo período. De modo geral, a evolução associou o trabalho escravo em termos alternativos ao trabalho livre, cujo emprego a pecuária absorveu mais cedo e mais amplamente do que a economia plantacionista. O insofismável é que, por toda parte, embora em grau variável no tempo e no espaço, as fontes históricas demonstram a incidência de características escravistas na pecuária brasileira.⁴²

A ausência de uma economia monetária beneficiava o trabalho remunerado mediante pagamento do “dízimo do vaqueiro, segundo as condições do trato, que ainda são atualmente as mesmas em voga no sertão da província”⁴³. Essa relação é

38 Ver por exemplo, Prado Júnior, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Itatiaia/Publifolha, 2000, p. 93.

39 Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Op. cit., p. 57.

40 Sodré, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962, p. 123.

41 Guimarães, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo: Ed. Fulgor, 1964, p. 64.

42 Gorender, Jacob. *O escravismo colonial*. 5ª. ed. São Paulo: Ática, 1988, p. 438.

43 Alencar, José de. *O Sertanejo*. Op. cit., p. 184.

confirmada por vários historiadores, a exemplo de Capistrano de Abreu, ao afirmar que “[d]epois de quatro ou cinco anos de serviço, começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias cabia-lhe uma; podia assim fundar uma fazenda por sua conta”⁴⁴. Neste caso, a fazenda ou era arrendada ou o vaqueiro disputaria outras terras mais distantes. Já as atividades complementares eram coordenadas pela família do Capitão-mor, sua filha Dona Flor e sua esposa Dona Genoveva, com a ajuda de criadas, escravas e agregados. Por fim, havia a necessidade de proteger a fazenda; e tal segurança era feita pelos mesmos vaqueiros e também pelos escravos.

Dentro desta divisão de trabalho, a concentração da riqueza nas mãos do Capitão-mor se destacava. Isso pode ser comprovado pela demanda da família pelos produtos provenientes da cidade:

A tapeçaria e alfaias da casa eram de uma suntuosidade que não se encontra hoje igual, não só em tôda a província, mas quiçá em nenhuma vivenda rural do império. Naquela época, porém, os fazendeiros tinham por timbre fazer ostentação de sua opulência e cercar-se de um luxo régio, suprimindo assim em tôrno de si o deserto que o cercava. Havia fazendeiro, e o capitão-mór Campelo era um deles, que não comia senão em baixela de ouro, e que trazia na libré de seus criados e escravas, bem como nos jaezes de seus cavalos, brocados, veludos e telas de maior custo e primor do que usavam nos paços reais de Lisboa os fidalgos lusitanos.⁴⁵

Na verdade, toda a família do Capitão-mor se beneficiava desses artigos de luxo:

D. Flor tirou de dentro do baú galanterias de tôda a sorte, das mais finas e custosas que então se vendiam nas lojas e tendas do Recife, onde ainda se mantinham os hábitos de luxo oriental com que as colônias do Brasil ofuscavam a metrópole.⁴⁶

Tais passagens mostram que não havia, no sertão, uma demanda elevada de produtos importados por parte da população sertaneja em geral. Tal demanda se limitava a artigos de luxo destinados à família do Capitão-mor, demonstrando a inexistência de algum mercado consumidor expressivo no sertão. Este ponto é corroborado por Capistrano de Abreu:

Os proprietários rurais, possuindo melhores aviamentos, casas mais espaçosas e mobílias menos sumárias, prosseguiram na lavoura aleatória de drogas de luxo para o estrangeiro, esbanjando riquezas naturais, indiferentes às culturas dos gêneros de primeira necessidade e à formação de mercados internos.⁴⁷

44 Capistrano de Abreu, João. Capítulos de História Colonial. Op. cit., p. 154.

45 Alencar, José de. O Sertanejo. Op. cit., p. 53.

46 Alencar, José de. O Sertanejo. Op. cit., p. 140.

47 Capistrano de Abreu, João. Capítulos de História Colonial. Op. cit., p. 234 - 235.

Surge então o sertão como espaço socioeconômico peculiar. Nele se constrói a figura do sertanejo que fará parte do imaginário nacional: o herói para uns e o bárbaro para outros. Alencar considerou os dois adjetivos, afastando-se de uma descrição ideal.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo defender a hipótese de que a obra *O Sertanejo*, de José de Alencar, pode ser considerada como fonte primária complementar aos estudos sobre a pecuária nordestina durante os séculos XVIII e XIX. Em seu romance regionalista, Alencar descreve: i) a estrutura econômica de uma fazenda do interior do Nordeste brasileiro, cujas principais atividades são a pecuária e a economia de subsistência; ii) a estrutura social da fazenda, com os seus diversos atores, na qual convive o trabalho livre remunerado de acordo com a produção com o trabalho escravo; iii) a relação da fazenda com a cidade de Recife; iv) a estrutura de poder, em que se pode identificar o fenômeno do coronelismo no sertão nordestino; e v) os conflitos de terra e a violência na região.

Considerou-se aqui a literatura como opção para o entendimento da história econômica do país. A relação entre literatura e sociedade, aliás, parece ter sido uma presença nos textos literários do século XIX, época de grandes mudanças políticas no país. Tal relação tem sido considerada pela crítica literária. Em um estudo sobre a literatura latino-americana, o crítico literário Julio Ramos destacou:

Escrever, a partir de 1820, respondia à necessidade de superar a catástrofe – o vazio de discurso, o cancelamento das estruturas – que as guerras [pela independência] tinham provocado. Escrever, nesse mundo, era dar forma ao sonho modernizador; era civilizar, ordenar o sem sentido da barbárie americana.⁴⁸

A obra *O Sertanejo*, de José de Alencar parece se encaixar nesta conclusão. Para Alencar, o sertão nordestino, longe de ser ideal, apresenta-se como um espaço violento e hostil e que precisa ser incorporado ao *processo civilizatório* da nova nação que está se consolidando. Dessa forma, sua caracterização adequada revela-se fundamental para mostrar a pluralidade da nação ainda jovem, revelar o que ela “tem de típico, local, específico, pitoresco, tradicional e popular”⁴⁹, pois, como apontado por Tosta, em Alencar, assim como em outros autores que se debruçaram sobre esse mesmo espaço geográfico (como Euclides da Cunha e João Guimarães Rosa), “o sertão é retratado como o cerne, o centro e coração do Brasil, onde as nossas origens ainda encontram-

48 Ramos, Julio. *Desencontros da Modernidade na América Latina: Literatura e Política no século 19*. Belo Horizonte: Editora Humanitas/Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008, p. 27.

49 TOSTA, Antonio Luciano de Andrade. O “sublime” sertão em *O Sertanejo*, *Os Sertões* e *Grande Sertão: veredas*. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: v. 36, no. 1, p. 7-26, março, 2001, p. 7.

se conservadas e onde as raízes genuinamente brasileiras ainda são cultivadas”⁵⁰. No caso de *O Sertanejo*, Alencar apresentou um quadro socioeconômico e político cujas características não contradizem vários autores que buscaram entender a pecuária ou a sociedade do couro do Nordeste brasileiro. Longe de idealizar um sertão *romântico*, mostrou uma estrutura de poder que mais tarde seria associada ao coronelismo e ao banditismo sertanejo. As imprecisões do autor são muito mais decorrentes de omissões do que de uma falsa descrição da realidade; mesmo por que não foi objetivo deste autor escrever uma obra de conteúdo histórico. Entretanto, consciente ou não, apresentou ao público de sua época, composta pela elite letrada das cidades, características importantes da realidade do *hinterland* nordestino. Tais considerações ajudam a desconstruir o artificialismo ou o idealismo creditado ao grande autor romântico.

Artigo recebido em 22 de setembro de 2016.

Aprovado em 27 de janeiro de 2017

50 TOSTA, op. cit, p. 8.